



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 995, DE 2026

Escolhe o Senhor Rodrigo Otavio Soares Pacheco para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Camilo Santana (PT/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Cid Gomes (PSB/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Giordano (PODEMOS/SP), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Escolhe o Senhor Rodrigo Otavio Soares Pacheco para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É escolhido o Senhor Rodrigo Otavio Soares Pacheco para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, em decorrência da vacância do cargo ocupado pelo Ministro Bruno Dantas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, nos termos do inciso XIII do art. 49 e do inciso II do § 2º do art. 73, dispõe que dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) serão escolhidos pelo Congresso Nacional.

No dia 31 de agosto de 2026, o TCU comunicou ao Senado Federal a renúncia do Sr. Ministro Bruno Dantas do cargo de Ministro daquela Corte, fato que resultou na abertura de vaga a ser preenchida por escolha do Senado Federal.

Utilizando-se da prerrogativa constitucional e, de acordo com o disposto no Decreto Legislativo nº 6, de 1993, tenho a satisfação de apresentar o presente Projeto de Decreto Legislativo, com o objetivo de indicar o Senhor Rodrigo Otavio Soares Pacheco para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga que era ocupada pelo Ministro Bruno Dantas.

Nascido em 3 de novembro de 1976 na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia, Rodrigo Pacheco é bacharel em Direito, formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) no ano 2000, além de possuir especialização em



Direito Penal Econômico Internacional pelo Instituto Brasileiro de Ciências Econômicas Criminais.

Advogado criminalista, foi Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Minas Gerais, de 2007 a 2012, onde ocupou a Presidência da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas, e Conselheiro Federal da OAB, de 2013 a 2015, onde exerceu a Presidência da Comissão Nacional de Apoio aos Advogados em Início de Carreira.

Foi, também, membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais, de 2007 a 2010, e Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado de Minas Gerais, de 2011 a 2014.

O indicado foi Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais na 55ª Legislatura (2015-2019). Teve atuação de destaque durante a sua passagem pela Câmara dos Deputados, onde foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de 2017 a 2018, e participou ativamente da discussão de importantes temas, como o projeto do novo Código de Processo Penal, do qual foi relator-parcial.

Eleito Senador da República no ano de 2018, cargo que ocupa até a presente data, Rodrigo Pacheco foi Líder do Partido Democratas, de 2019 a 2021, e Presidente do Senado Federal em dois biênios, 2021-2022 e 2023-2024. A sua atuação à frente da Casa foi marcada pela defesa intransigente da democracia e das prerrogativas parlamentares e pela atenção constante e permanente aos problemas que afligem o Estado e a população brasileira, o que resultou na aprovação de importantes pautas voltadas para o desenvolvimento do nosso País e a melhoria das condições de vida do nosso povo.

A trajetória pessoal e profissional do Senador Rodrigo Pacheco demonstra, de forma inequívoca, que ele preenche todos os requisitos constitucionais para exercer o honroso cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Tenho convicção de que, aprovada a sua indicação, a Corte de Contas será brindada com um novo membro que conjuga os conhecimentos jurídicos necessários para o bom desempenho da função com a experiência proporcionada pelos mandatos desempenhados no Congresso Nacional, que lhe deram a bagagem necessária para entender os problemas enfrentados pelo Estado e pela população brasileira.

Portanto, peço às Senadoras e aos Senadores que aprovemos a indicação do Senador Rodrigo Pacheco para ocupar esse importante cargo no Tribunal de Contas da União.

Sala das Sessões,

Senador DAVI ALCOLUMBRE



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art73_par2_inc2

- Decreto Legislativo nº 6 de 22/04/1993 - DLG-6-1993-04-22 - 6/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.legislativo:1993;6>

- art2

- Lei nº 8.443, de 16 de Julho de 1992 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União; Lei Orgânica do TCU - 8443/92

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1992;8443>

- art105_cpt_inc2



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

(Curriculum Vitae)

Brasília (DF), setembro de 2026.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

(*Curriculum Vitae*)

Sumário

I - IDENTIFICAÇÃO	3
II – HISTÓRICO ACADÊMICO	3
1. Educação Básica	3
2. Ensino Superior.....	3
3. Especialização.....	3
III – ATIVIDADE PROFISSIONAL	4
1. Advocacia.....	4
2. Conselhos Profissionais	4
IV – ATIVIDADE POLÍTICA	4
V – ATUAÇÃO LEGISLATIVA	5
1. No SENADO FEDERAL (56ª. e 57ª. Legislaturas, 2019 a 2027)	5
a. Participação nas Comissões Temáticas	5
b. Autoria de projetos e proposições	5
c. Relatoria de projetos e proposições.....	9
2. Na CÂMARA DOS DEPUTADOS (55ª. Legislatura, 2015 a 2019)	14
a. Participação nas Comissões Temáticas	14
b. Autoria de projetos e proposições	14
c. Relatoria de projetos e proposições.....	15
VI - PUBLICAÇÕES	21
VII – DISTINÇÕES	23
VIII – HONRARIAS	24
IX – MISSÕES OFICIAIS NO BRASIL E NO EXTERIOR	34



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

(Curriculum Vitae)

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome: Rodrigo Otávio Soares Pacheco

Nascimento: 03 de novembro de 1976

Naturalidade: Porto Velho – RO

Nacionalidade: Brasileiro

Cargo Atual: Senador da República por Minas Gerais

II – HISTÓRICO ACADÊMICO

1. Educação Básica

Escola Estadual Wenceslau Braz, em Passos, Minas Gerais

Colégio Imaculada Conceição, em Passos, Minas Gerais

Colégio São Paulo, em Belo Horizonte, Minas Gerais

Colégio Pitágoras, em Belo Horizonte, Minas Gerais

2. Ensino Superior

Graduação em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

3. Especialização

Direito Penal Econômico Internacional, Universidade de Coimbra, Portugal.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

III – ATIVIDADE PROFISSIONAL

1. Advocacia

Advogado criminalista com atuação em escritório próprio a partir de julho do ano 2000.

2. Conselhos Profissionais

Membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal – CCPC/MG do Estado de Minas Gerais (2007 a 2010).

Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado de Minas Gerais (2011 a 2014).

Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais - OAB/MG (2007-2012).

Presidente da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da OAB/MG (2010 a 2012).

Conselheiro Federal da OAB – CFOAB (2013-2015).

Presidente Nacional de Apoio aos Advogados em Início de Carreira - CFOAB (2013 a 2015).

IV – ATIVIDADE POLÍTICA

Senador da República (2019 a 2027).

Líder do partido Democratas no Senado Federal (2019 a 2020).

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional em dois mandatos (2021 a 2023 e de 2023 a 2025).

Deputado Federal (2015-2019).

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (2017-2018).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

V – ATUAÇÃO LEGISLATIVA

1. No SENADO FEDERAL (56ª. e 57ª. Legislaturas, 2019 a 2027)

a. Participação nas Comissões Temáticas

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CDD – Comissão de Defesa da Democracia

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CTCIVIL – Comissão Temporária para examinar o Projeto de Lei nº. 4, de 2025 (art. 374, RISF)

FPC – Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana

FPJOVEM – Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude

FPMA – Frente Parlamentar Mista Antirracismo

FPRNE – Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

GPABIASAUDITA – Grupo Parlamentar Brasil – Reino da Arábia Saudita

GP-BRICS-SF – Grupo Parlamentar de Relacionamento com o BRICS

GPFRANCA – Grupo Parlamentar Brasil – França

GTMTI – Grupo de Trabalho sobre regulamentação da mineração em terras indígenas

b. Autoria de projetos e proposições

PL 2338/2023 Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

PL 4/2025 Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata.

PL 3/2025 Disciplina o processo estrutural.

PLP 121/2024 Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023 e prevê instituição de fundo de equalização federativa.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PLP 125/2022 Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

PLP 124/2022 Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

PLP 136/2019 Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de limitar o cômputo dos restos a pagar inscritos ao final do exercício financeiro no cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

PEC 191/2019 Altera o art. 102 da Constituição Federal, para restringir a possibilidade de interposição de recurso extraordinário no âmbito do direito penal.

PL 2489/2022 Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

PL 2978/2023 Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

PL 2486/2022 Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

PL 1388/2023 Dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento.

PL 2490/2022 Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

PL 2488/2022 Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

PL 2485/2022 Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências.

PL 2484/2022 Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal.

PL 2483/2022 Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

PL 2481/2022 Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 1086/2022 Acrescenta o art. 879-B à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros de mora no ordenamento jurídico pátrio.

PL 1315/2021 Restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020.

PEC 10/2023 Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

PL 1122/2021 Altera o art. 268 do Código Penal para criar a qualificadora do crime de infração de medida sanitária preventiva durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia.

PL 798/2021 Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e dispõe sobre a interpretação do § 12 do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

PL 534/2021 Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra covid-19 e sobre a aquisição e comercialização de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

PL 4766/2020 Altera o art. 90-A da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para estender sua aplicação aos processos dos crimes de competência da Justiça Militar da União, dos Estados e do Distrito Federal.

PL 4728/2020 Reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de que trata a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento.

PL 4727/2020 Altera o art. 265 do Código de Processo Penal para extinguir a multa por abandono do processo aplicada sumariamente pelo juiz em desfavor do advogado.

PL 4726/2020 Altera a Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins os valores repassados pelas sociedades cooperativas de prestação de serviços de representação comercial aos cooperados pessoas físicas referentes a serviços por eles prestados em nome da cooperativa.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 4725/2020 Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de remição da pena pela frequência em curso educacional não formal que contribua para a ressocialização do condenado.

PL 6209/2019 Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, para uniformizar o valor das cirurgias oncológicas, a fim de facilitar sua realização em serviços cirúrgicos não pertencentes aos hospitais especializados em oncologia.

PL 5516/2019 Cria o Sistema do Futebol Brasileiro, mediante tipificação da Sociedade Anônima do Futebol, estabelecimento de normas de governança, controle e transparência, instituição de meios de financiamento da atividade futebolística e previsão de um sistema tributário transitório.

PL 4571/2019 Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para dispor sobre a locação de imóveis urbanos, e dá outras providências.

PL 3944/2019 Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para promover efetiva reintegração social do preso, internado e egresso.

PL 3691/2019 Altera o Código Penal para prever que o advogado pode ser vítima de crime de desacato.

PL 3480/2019 Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

PL 3475/2019 Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para inserir hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

PL 3457/2019 Acrescenta o art. 733-A à Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e dá outras providências.

PL 3204/2019 Dispõe sobre o exercício da Fisioterapia.

PL 3131/2019 Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para ampliar o rol de doenças neonatais que devem ser obrigatoriamente rastreadas no Brasil.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 2643/2019 Acrescenta § 3º ao art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para dispor sobre a obrigatoriedade da atuação de defesa técnica na defesa dos direitos do servidor público em processo administrativo disciplinar.

PL 2642/2019 Altera o art. 791-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e o art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre os percentuais de fixação de honorários advocatícios nas demandas trabalhistas, e sobre a exigibilidade dos ônus da sucumbência para o beneficiário da justiça gratuita quando este houver obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar as despesas.

PL 2624/2019 Altera o art. 9º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), para prever a duração de três anos para o estágio profissional de advocacia e permitir sua realização a partir do terceiro ano do curso jurídico.

PL 1692/2019 Acrescenta artigo à Lei nº 13.777, de 20 de dezembro de 2018 (Lei da Multipropriedade Imobiliária), para ampliar para um ano o prazo de sua vacatio legis.

c. Relatoria de projetos e proposições

PLS 129/2017 Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre os efeitos do silêncio da administração no processo administrativo.

PLS 435/2016 Altera o art. 7º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para exigir a certificação de gestor de sistema de integridade como condição para atenuar sanções administrativas.

PLS 787/2015 Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, (que cria o Código Penal Brasileiro) para incluir a previsão de agravantes aos crimes praticados por motivo de racismo).

PLC 115/2018 Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica.

PLC 27/2017 Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990,



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências.

PL 1215/2026 Altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para incluir representante do Ministério Público do Trabalho na composição do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

PL 1029/2026 (Substitutivo-CD) Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para dispor sobre o crime de desaparecimento forçado de pessoa.

PL 4709/2025 Dispõe sobre a prevenção e repressão ao denominado golpe do falso advogado e outras fraudes processuais eletrônicas; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico (CANCEE); e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

PL 2875/2025 Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

PL 4158/2024 Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para conferir à ANTT atribuições específicas relativas ao transporte ferroviário, disciplinar a responsabilidade das concessionárias de ferrovias quanto à prestação de serviço adequado e disciplinar a responsabilidade da ANTT sobre as comissões tripartites de ferrovias.

PL 3688/2024 Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para fixar diretrizes básicas do curso de formação de condutores.

PL 1743/2024 Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para modificar a nomenclatura do Secretário-Geral Adjunto, bem como a composição da diretoria do Conselho Federal da OAB, e facultar aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.

PL 2626/2023 Institui o ano de 2023 como Ano Nacional Fernando Sabino.

PL 4458/2020 Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.

PL 5106/2019 Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais.

PL 4287/2019 Altera os arts. 141 e 154-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar a disciplina dos crimes cibernéticos.

PL 4034/2019 Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.

PL 3725/2019 (Emenda-CD) Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.

PL 2963/2019 Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências.

PL 2110/2019 Altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a fim de conceituar o termo “praça” para os fins que especifica.

PEC 6/2018 Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

PEC 61/2015 Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios

PDL 327/2023 Susta os efeitos da Resolução nº 510 de 26 de junho de 2023 do Conselho Nacional de Justiça – (CNJ).

OFS 34/2019 Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor DANIEL VELOSO COURI, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em razão do



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

término do mandato de Rodrigo Octávio Orair, a acontecer no dia 24 de julho de 2019.

OFS 31/2019 Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

OFS 4/2019 Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021.

MSF 61/2025 Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

MSF 75/2020 Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora NAIRANE FARIAS RABELO LEITAO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de três anos.

MSF 69/2020 Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz.

MSF 59/2020 Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome do Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região KASSIO NUNES MARQUES para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal em vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Ministro José Celso de Mello Filho.

MSF 90/2019 Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 118,370,000.00 (cento e dezoito milhões, trezentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III.

MSF 56/2019 Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor SÉRGIO COSTA RAVAGNANI, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

MSF 46/2019 Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiente no Estado do Mato Grosso".

MSF 5/2019 Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

MPV 915/2019 Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

AVS 57/2016 Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

2. Na CÂMARA DOS DEPUTADOS (55ª. Legislatura, 2015 a 2019)

a. Participação nas Comissões Temáticas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC: 1º. Vice-Presidente (03/05/2016 a 22/03/2017); Presidente (23/03/2017 a 03/04/2018).

Comissão de Finanças e Tributação – CFT: Suplente (03/03/2015 a 02/02/2016).

Comissão de Viação e Transportes – CVT: Suplente (22/03/2017 a 02/02/2018)

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC: Suplente (05/04/2018 a 08/05/2018); Titular (03/03/2015 a 02/02/2016, 03/05/2016 a 02/02/2017, 22/03/2017 a 02/02/2018, 03/04/2018 a 05/04/2018, 08/05/2018 a 31/01/2019).

PL 8045/10 – Código de Processo Penal: 2º. Vice-Presidente (02/03/2016 a 31/01/2019, Relator-Parcial (16/03/2016 a 31/01/2019)

PEC 453/01 – Servidor Administração Indireta ser Vereador: Suplente (24/03/2015 a 31/01/2019)

PL 1292/95 – Licitações: Suplente (27/02/2018 a 31/01/2019)

Contas Públicas e Transferências Constitucionais: Titular (30/03/2015 a 31/01/2019)

PEC 214/03 – Consultorias Jurídicas para CD, SF, TCU: Titular (25/02/2016 a 31/01/2019)

PL 8045/10 – Código de Processo Penal: Titular (25/02/2016 a 31/01/2019)

PL 1983/15 – Teto Remuneratório para Cartórios: Titular (05/04/2016 a 31/01/2019)

PL 7197/02 – Revisão das Medidas Educativas do ECA: Titular (08/11/2016 a 31/01/2019)

PL 6437/16 – Formação Agente Comunitário de Saúde: Titular (13/12/2016 a 14/12/2017).

b. Autoria de projetos e proposições

PL10092/2018 Dispõe sobre o exercício da Fisioterapia.

PL 9194/2017 Inscreve o nome de Helley de Abreu Silva Batista no Livro dos Heróis da Pátria.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 9193/2017 Determina que o estágio profissional de advocacia, com duração de três anos, possa ser realizado nos últimos três anos do curso jurídico.

PL 9014/2017 Altera o prazo fixado pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil para que o advogado possa candidatar-se à eleição dos membros de todos os órgãos da OAB.

PL 9013/2017 Determina que o estágio profissional de advocacia, com duração de dois anos, possa ser realizado nos últimos três anos do curso jurídico.

PL 9012/2017 Altera o artigo 55 da lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para fins de alterar a composição da Diretoria do Conselho Federal da OAB.

PL 5415/2016 Altera artigos da Lei nº 7.210, de 1984 – Lei de Execução Penal, e dá outras providências.

PL 5414/2016 Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PL 5413/2016 Acrescenta parágrafo no artigo 167 da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil) para viabilizar a realização da conciliação judicial por estudantes de direito, desde que supervisionada por profissionais da área jurídica em programa vinculado ao aprendizado da cultura da conciliação desenvolvido por Instituição de Ensino Superior.

PL 5412/2016 Acrescente § 3º. Ao art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre obrigatoriedade da atuação de defesa técnica na defesa dos direitos do servidor público em processo administrativo disciplinar.

PL 5411/2016 Institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta do Trabalho.

PL 3216/2015 Altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para que o condenado possa remir parte de sua pena pela leitura de obras literárias.

c. Relatoria de projetos e proposições

PLP 493/2018 - altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para dispor sobre a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações que versem sobre disputa intrapartidária e para dispor sobre a ação rescisória, e estabelece regras de transição.

PL 1242/2026 (Nº Anterior: PL 9600/2018) Dispõe sobre a proteção à imagem de vítima de crime ou acidente.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 8932/2017 Inclui rodovia de ligação no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.

PL 8468/2017 Confere ao Município de Salinas, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Cachaça.

PL 7756/2017 Altera os artigos 49 e 51 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para adequar o tempo de propaganda eleitoral gratuita no segundo turno das eleições.

PL 5102/2016 Institui o "Mês de Prevenção das Doenças do Coração" no Brasil

PL 4373/2016 Cria a Lei de Responsabilidade Político-Criminal.

PLP 191/2015 Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

REC 74/2015 Recorre, com base no artigo 95, § 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da Decisão do Presidente na Questão de Ordem nº 116/2015.

PEC 133/2015 Altera o art. 21 da Constituição Federal, para dispor sobre o provimento de iluminação pública em trechos de rodovias federais situados em perímetros urbanos.

PL 2472/2015 Altera o caput dos artigos 975 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e 495 da Lei nº 5.869, de 11 de setembro de 1973.

PL 2228/2015 Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para estabelecer a obrigatoriedade de divulgação de avaliação do cumprimento das metas do plano de governo, previsto no art. 84, XI da Constituição Federal.

PLP 115/2015 Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

PL 1913/2015 DENOMINA DEPUTADO WELINGTON LANDIM, TODO O TRECHO DO CANAL DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO QUE SE LOCALIZA EM SOLO CEARENSE.

PEC 36/2015 Altera a redação do art. 208 da Constituição Federal criando o Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

REC 21/2015 Recorre, com base no art. 95 § 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da Decisão do Presidente na Questão de Ordem nº 45/2015.

PL 1080/2015 Dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários do DATAPREV, Empresa de Tecnologia e informações da Previdência social, em exercício nos postos do INSS (instituto Nacional de Seguro Social).

PL 2234/2023 (Nº Anterior: PL 1027/2015) Altera redação de dispositivos do artigo 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.

PEC 8/2015 Acrescenta o § 7º ao art. 155 da Constituição Federal.

PDC 8/2015 Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia, assinado em 26 de dezembro de 2010.

PL 166/2015 Dá nova redação ao título do capítulo IV e aos artigos 15, 16 e 17 da Lei n. 8.906/94 de 4 de julho de 1994, para permitir a constituição da sociedade individual do advogado.

PEC 450/2014 Altera o art. 93 da Constituição Federal.

PDC 1664/2014 Aprova a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

PDC 1580/2014 Altera o Decreto Legislativo nº 6, de 1993, que regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.

PL 7790/2014 Acresce o § 9º ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, para dispensar a apresentação de carta de anuência de confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

PL 7447/2014 Regulamenta a transferência de processos judiciais por falta de julgamento e dá outras providências.

PL 6538/2019 Altera o art. 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para regular aspectos processuais da medida de indisponibilidade de bens.

PL 6754/2013 Institui política nacional de prevenção do diabetes e de assistência integral à saúde da pessoa portadora de Diabetes. NOVA EMENTA: Institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PDC 1222/2013 Aprova o ato que outorga permissão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

PL 5916/2013 Denomina "Rodovia Antônio Carlos Marani" o trecho da BR-265 entre a cidade de Lavras/MG e o entroncamento com a BR-381 (Rodovia Fernão Dias)

PL 5826/2013 Altera a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e a Lei nº 12.665, de 13 de junho de 2012.

PEC 264/2013 Acrescenta § 7º ao art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a obrigatoriedade de participação da União, Estados e do Distrito Federal, no custeio de medicamentos e despesas médicas hospitalares com origem em ordem judicial.

PEC 219/2012 Dá nova redação ao art. 37, inciso XVI, letra "b" da Constituição Federal.

PEC 141/2012 Estabelece a coincidência das eleições a partir de 2018 e extingue a suplência no Senado Federal.

PL 2969/2011 Acrescenta parágrafo aos arts. 41 e 82 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para que seja determinado o tempo de sustentação oral das ações originárias ou recursos nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

PEC 125/2011 Acrescenta dispositivos à Constituição Federal vedando a realização de eleições em data próxima a feriado nacional. NOVA EMENTA: Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Constituição Federal, para fins de reforma político-eleitoral.

PLP 118/2011 Altera os arts. 22 e 29 do Código Eleitoral, para determinar que apenas a composição plenária dos Tribunais Eleitorais poderá cassar mandato eletivo.

PEC 93/2011 Suprime o inciso IV do art. 59 e o art. 68 da Constituição Federal de 1988.

PL 2436/2011 Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a distribuição paritária entre os sexos no preenchimento de cargos nos órgãos de direção e de deliberação partidários.

PL 1737/2011 Acrescenta art. à Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, determinando que o direito à gratuidade da justiça não preclui e pode ser pleiteado a qualquer tempo.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 835/2011 Dispõe sobre normas para o registro de domínios de internet nas categorias sob o .br.

PL 420/2011 Tipifica a litigância de má-fé em juizados especiais.

PEC 1/2011 Altera o § 1º, do art. 27, cria o § 4º, do art. 56 e o inciso XV, do art. 29, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, para o fim de vedar a posse de suplentes de senadores, deputados federais, deputados estaduais, distritais e vereadores durante o recesso parlamentar, excetuando-se a hipótese de convocação extraordinária.

PEC 526/2010 Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, dispondo sobre a participação de servidores na eleição de membros dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça. PL 7771/2010 Institui a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do Programa de Metas pelo Poder Executivo.

PL 7750/2010 Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para atualizar a terminologia referente ao Registro Público de Empresas e Atividades Afins.

PL 7585/2010 Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que "dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal", para estabelecer regras de fidelidade ao programa do partido.

PL 4917/2009 Dá nova redação ao art. 1.134, caput, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil".

PLP 455/2009 Dispõe sobre os processos eleitorais extrapenais, institui ritos processuais, altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades); a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições) e dá outras providências.

PDC 853/2008 Sustenta a aplicação da Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, que restringe o uso de algemas.

PEC 229/2008 Altera o inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição Federal para permitir a candidatura de pessoas sem filiação partidária, mediante apoio de um número mínimo de eleitores.

PEC 196/2007 Acrescenta inciso ao art. 37 da Constituição Federal, para reservar cargos e funções para mulheres.

PL 1633/2007 Suprime e altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PL 795/2007 Acrescenta dispositivo ao art. 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). PL 779/2007 Acrescenta o §1.º-A ao art. 74 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. PL 5062/2005 Dispõe sobre a sujeição da OAB ao controle externo.

PEC 382/2005 Acrescenta parágrafo ao art. 28, inclui inciso no art. 29 e institui parágrafo único no art. 82 da Constituição Federal, estabelecendo a obrigatoriedade da criação da "Comissão de Transição" após a eleição do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos.

PL 3458/2004 Estabelece normas de responsabilidade eleitoral para os ocupantes de cargos majoritários.

PEC 563/2002 Dá nova redação ao art. 61 da Constituição Federal.

PEC 174/1995 Modifica disposições do Título "Da Organização dos Poderes".



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

VI - PUBLICAÇÕES

Autor do prefácio do livro “Imunidades parlamentares”. Autor: Pedro Aleixo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

Autor da apresentação do livro “Comentários à Lei da Sociedade Anônima do Futebol”. Autores: Rodrigo R. Monteiro de Castro (coordenador), Tácio Lacerda Gama, José Francisco C. Manssur, Juliana Bumachar, Carlos Eduardo Ambiel e Marcelo Barbosa Sacramone. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

Autor do artigo de jornal “Defender a liberdade sem corroer a democracia”. Folha de São Paulo, Estadão, 8 de setembro de 2021.

Elaborou artigo para a obra “Estado, Direito e Democracia: estudos em homenagem ao prof. dr. Augusto Aras”. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

Elaborou o prefácio do livro “Lei do Sistema Eletrônico de Registros Públicos”. Autores: Carlos E. Elias de Oliveira e Flávio Tartuce. Editora Forense, 2022.

Autor do artigo de jornal “Um manifesto pela defesa da democracia e da harmonia entre os Poderes”. Correio Braziliense, 22 de maio de 2022.

Autor do artigo de jornal “A independência e o verdadeiro sentimento de nação”. O Globo, 7 de setembro de 2022.

Autor do artigo de jornal “Em defesa da democracia e da harmonia entre os Poderes”. O Globo, 22 de maio de 2022.

Autor do artigo de jornal “Precisamos erradicar a violência de gênero”. Folha de São Paulo, 13 de agosto de 2022.

Autor do prefácio do livro “História da colonização Portuguesa do Brasil”. Senado Federal, 2022.

Autor do prefácio do livro “Grandes Vultos que Honraram o Senado: José Maranhão”. Senado Federal, 2023.

Autor da apresentação do livro “Migalhas de Rui Barbosa, volume II”. Coordenador: Miguel Matos. São Paulo, Editora Migalhas, 2023.

Elaborou o prefácio do livro “A caminho do Leste – História da primeira fase da Questão do Contestado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo”. Autor: Ibrahim Abi-Ackel, Brasília: Senado Federal, 2023.

Elaborou o prefácio do livro “Futebol S.A.: Reflexões Históricas, Jurídicas e Econômicas”. Autor: Sérgio Santos Rodrigues. Editora Amanuense, 2023.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Autor do artigo de jornal “Independência do Brasil e, por que não, do brasileiro”. O Tempo, 7 de setembro de 2023.

Autor do artigo de jornal “Cem anos da morte de Ruy Barbosa”. O Estado de S. Paulo, 1º de março de 2023.

Autor do artigo de jornal “A descriminalização do porte de drogas é competência do Supremo? NÃO”. Folha de São Paulo, 25 de agosto de 2023.

Autor do livro “Ecos da democracia: coletânea de discursos proferidos pelo senador Rodrigo Pacheco ao longo dos dois mandatos à frente da Presidência do Congresso”. Brasília: Senado Federal, 2024.

Elaborou a apresentação do livro “Além da calamidade: respostas e reconstrução no Rio Grande do Sul”. Brasília: Senado Federal, 2024.

Elaborou depoimento na obra “Rosas da Constituição: Homenagem à Ministra Rosa Weber”. Florianópolis: Harpia Web Comunicação, 2024.

Autor da apresentação da obra “Tempos de chumbo”, sobre o fotógrafo que registrou a Ditadura Militar. Brasília, 2024.

Organizador do livro “A Reforma do Código Civil -Artigos sobre a atualização da Lei nº 10.406/2002”. Brasília: Senado Federal, 2025.

Coautor do livro “Constituição, democracia e diálogo. 15 anos de jurisdição constitucional do Ministro Dias Toffoli”. Editora Fórum, 2025.

Elaborou o artigo “Brasília, símbolo vivo da democracia brasileira” no livro “Brasília: a arte da democracia”. Paulo Herkenhoff (org.). Rio de Janeiro: FGV Arte, 2025.

Autor do artigo de jornal “Respeite-se o texto constitucional”. Folha de São Paulo, 08 de abril de 2023.

Autor do prefácio do livro “Inteligência Artificial e Desafios Regulatórios”. Autores: Ricardo Villas Boas Cueva, Laura Schertel Mendes, Bruno Ricardo Bioni e Fabrício da Motta Alves. Editora Forense, 2026.

Autor do artigo “O Legado de FHC”, publicado na Revista Economy & Law, do Grupo Innsbruck, 2026.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

VII – DISTINÇÕES

Medalha da Ordem do Mérito Eleitoral Assis Brasil (TSE): Entregue no grau máximo pelo Tribunal Superior Eleitoral em março de 2023, simbolizando o reconhecimento do Poder Judiciário à sua firme atuação política na proteção da democracia e integridade das urnas.

Ordem de Rio Branco (Grau Grã-Cruz - GCRB): Principal condecoração da diplomacia brasileira, outorgada pelo governo federal em reconhecimento aos serviços meritórios prestados à nação.

Ordem do Mérito Militar (Grau Grã-Cruz - GCMI): Altíssima distinção concedida pelo Exército Brasileiro a cidadãos e autoridades que prestaram relevantes serviços à força terrestre.

Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro (Medalha JK): Concedida em 2023 pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), no grau Grã-Cruz, por impulsionar pautas legislativas voltadas ao desenvolvimento logístico do Brasil.

Medalha do Pacificador: Distinção honorífica militar do Exército conferida por importantes contribuições em prol do bem-estar social e da pacificação institucional.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

VIII – HONRARIAS

Prêmio Análise Advocacia 2008 - Escritório mais admirado do Direito na categoria Penal - Ariosvaldo Campos Pires. Análise Editorial. (2008).

Prêmio Análise Advocacia 2009 - Escritório mais admirado do Direito na categoria Penal - Ariosvaldo Campos Pires. Análise Editorial. (2009).

Certificado de posse no cargo de Conselheiro Seccional da OAB/MG para o triênio 2010/2012. (2010).

Diploma de Conselheiro no Conselho de Criminologia e Política Criminal da Secretaria de Estado de Defesa Social de MG. (2010).

Troféu Gratidão do Sistema Divina Providência ao escritório Ariosvaldo Campos Pires Advogados Associados. Lar dos Meninos S. Vicente de Paulo, Cidade dos Meninos S. Vicente de Paulo e Lar dos Idosos São José. (2010).

Homenagem ao paraninfo Rodrigo Pacheco. E.E. DR. Edmundo Gouvêa Cardillo, de Poços de Caldas/MG. (2013).

Diploma de Deputado Federal. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. (2014).

Prêmio Análise Advocacia 500 – Mais admirados do direito ao escritório Maurício Campos & Pacheco Sociedade de Advogados. Análise Advocacia. (2014).

Título de Cidadão Honorário de Itaú de Minas/MG. Câmara Municipal de Itaú de Minas/MG. (2014).

Homenagem pela eleição e diplomação nas eleições de 2014. Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal. (2015).

Troféu Mérito da Advocacia Raymundo Faoro. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (2015).

Certificado de Conselheiro da Mesa Diretora da FREMAPREV. (2015).

Título de Cidadão Honorário de Piumhi/MG. (2015).

Prêmio OAB Reconhece. 41ª. Subseção OAB/MG. São Sebastião do Paraíso/MG. (2015).

Diploma da Medalha do Mérito Judiciário Militar. Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. (2017).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Medalha da Ordem Municipal de Mérito no Grau Cooperador Virgílio Galassi. Câmara Municipal de Uberlândia/MG. (2017).

Medalha do Mérito Legislativo. Câmara Municipal de Passos/MG. (2017).

Prêmio Esperança – Categoria Parceiro. Santa Casa de Belo Horizonte/MG. (2017).

Troféu Tancredo Neves. Reconhecimento pela atuação como Deputado Federal. (2017).

Agradecimento pelo apoio aos projetos de interesse da PF na Comissão de Constituição e Justiça. Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal – ADPF. (2017).

Título de Cidadão Honorário de Teófilo Otoni/MG. Câmara Municipal de Teófilo Otoni. (2017).

Homenagem Especial pela presença no III Congresso Brasileiro de Direito – COBRAD. Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete/MG. (2017).

Sessão Solene em homenagem aos 65 anos da Rádio Itatiaia. (2017).

Palestra: "Papel Político do Registrador de Imóveis". III Encontro Estadual do Cori-MG - BH/MG. (2017).

Palestra: "A Reforma do Código de Processo Penal". I Congresso de Advogados Criminalistas - ABRACRIM – MG. (2017).

Palestra: "Reforma do CPP". Auditório da sede da OAB em Juiz de Fora/MG. (2017).

Palestra: "Reforma do Código de Processo Penal". V Semana Jurídica do Curso de Direito - PUC Minas Campus Poços de Caldas/MG. (2017).

Palestra: "Aspectos Relevantes do Novo Código de Processo Penal e Conjuntura Política". Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé/MG. (2017).

Título de Cidadão Honorário de Capitólio/MG. (2018).

Título de Cidadão Honorário de Moema/MG. Câmara Municipal de Moema/MG. (2018).

Diploma de Senador da República. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. (2018).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Título de Cidadão Honorário de Juiz de Fora/MG. Câmara Municipal de Juiz de Fora/MG. (2018).

Título de Cidadão Honorário de Varginha/MG. Câmara Municipal de Varginha/MG. (2018).

Diploma da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas. Presidência da República. (2018).

Título de Cidadão Honorário de São Sebastião do Paraíso/MG. Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. (2018).

Participação no 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. AMATRA e ANAMATRA. (2018).

Medalha da Inconfidência. Governo do Estado de Minas Gerais. (2018).

Palestra no Seminário de Macro Criminalidade: desafios da Justiça Federal. (2018).

Palestra: "O Novo Código de Processo Penal e Garantias Individuais". Faculdade Mineira de Direito PUC/MG. (2018).

Título de Cidadão Honorário de Santo Antônio do Monte. Câmara Municipal de Santo Antônio do Monte/MG. (2018).

Título de Cidadania Honorária de Formiga/MG. Câmara Municipal de Formiga/MG. (2018).

Reconhecimento pela parceria com região da Associação de Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana – AMOG. Guaxupé/MG. (2018).

Reconhecimento e agradecimento ao empenho na luta contra a privatização de Furnas e da Eletrobras na legislatura 2015-2018. Associação dos Empregados de Furnas. (2018).

Reconhecimento do Instituto Federal Sul de Minas – IFSULDEMINAS. A História do homem mede-se pela sua contribuição para as futuras gerações. Pela relevante contribuição à História do Instituto Sul de Minas. Instituto Federal Sul de Minas. 10 anos dos Institutos Federais. Machado/MG. (2018).

Palestra: "Aspectos relevantes da reforma do Código de Processo Penal". Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete/MG. (2018).

Comenda Especial do Mérito Municipalista. 36º. Congresso Mineiro de Municípios. Associação Mineira dos Municípios. (2019).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Reconhecimento pela demonstração de amizade, cooperação e extremo valor à causa da entidade de classe e em defesa da segurança pública do Brasil. Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL. (2019).

Comenda Cinquentenário para Regulamentação da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional. CREFITO 4/MG. (2019).

Reconhecimento e agradecimento pela presença - Segredo do Chefe. Clube da Permuta. (2019).

Comenda 50 anos de Regulamentação da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional - 1969-2019. Conselho de Fisioterapia do Estado de Minas Gerais. (2019).

Título de Cidadão Honorário de Itamogi/MG. Câmara Municipal de Itamogi/MG. (2019).

Certificado da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. (2019).

Reconhecimento e agradecimento às doações destinadas a Fundação Benjamin Guimarães/Hospital da Baleia. (2019).

Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. Governo do Estado de Minas Gerais. (2019).

Comenda Pe. Maximino Benassati. Casa de Caridade de Muriaé, Hospital São Paulo. Muriaé/MG. (2019).

Medalha do Mérito Legislativo de Guaxupé. Câmara Municipal de Guaxupé/MG. (2020).

Abertura da Safra Mineira de Açúcar e Etanol CMAA 10 anos. (2019/2020). (2020).

Moção de Congratulação em reconhecimento à indicação de emenda parlamentar que viabilizou a realização de cirurgias eletivas. Câmara Municipal de Nepomuceno/MG. (2020).

Diploma de Honra ao Mérito pelo reconhecimento e importância dos serviços prestados ao Judiciário de Pernambuco. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. (2021).

Medalha Mérito da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. (2021).

Moção de Aplausos pelos serviços prestados como Presidente do Senado Federal. Câmara Municipal de Coronel Fabriciano/MG. (2021).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Comenda Municipal da Ordem da Luz dos Pinhais de Curitiba/PR. Prefeitura Municipal de Curitiba/PR. (2021).

Diploma Prêmio Melhores do Ano 2021. Grupo Inova e Holding do Inova. (2021).

Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos. (2021).

Homenagem da Câmara Municipal de Belo Oriente/MG. (2021).

Título de Embaixador da Constituição em Miúdos do Brasil para a disseminação da Coleção em Miúdos. Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG. (2021).

Homenagem/agradecimento da Fundação São Francisco Xavier, Hospital Márcio Cunha, Ipatinga/MG. (2021).

Homenagem pela dedicação, empenho e comprometimento com o Estado Democrático de Direito e realização do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. (2021).

Reconhecimento e agradecimento pelo empenho na concretização do Tribunal Regional Federal - TRF6 em Belo Horizonte – AJUFE/MG. (2021).

Diploma de Honra ao Mérito Zumbi dos Palmares. Câmara de Comércio Indústria Agricultura Cultura e Turismo Brasil-Benin – CCIACT. (2021).

Título de *Doutor Honoris Causa* em Ciências Políticas. Faculdade Apostólica Bíblica Eclesiástica – FABE. (2021).

Título de Acadêmico Benemérito de Honra. Academia Ortodoxa de Letras Ciências e Arte. (2021).

Comenda da Ordem Municipal do Mérito “Augusto César” no Grau de Comendador. Câmara Municipal de Uberlândia. (2021).

Comenda Saulo Ramos – 2021. Associação Nacional dos Advogados da União. (2021).

Medalha ANDES. Associação Nacional de Desembargadores. (2021).

Selo Feliz Ano Novo Chinês Touro 2021. Ibrachina – Instituto sociocultural Brasil-China. (2021).

Certificado “Missão favorecer a Política Melhor (FT 154). 1º. Encontro de Parlamentares Católicos do Brasil. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. (2021).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Homenagem "Orgulho do Ministério Público". Ministério Público do Estado de Minas Gerais. (2021).

Ordem do Mérito da Defesa - Cerimônia em comemoração ao 22º Aniversário da Criação do Ministério da Defesa. (2021).

Ordem do Mérito da Defesa da Marinha do Brasil - Cerimônia em comemoração ao 156º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo e Imposição de Condecorações da Ordem do Mérito Naval da Marinha do Brasil. (2021).

Medalha Oswaldo Cruz, categoria ouro, por Decreto de 27 de 2021 - Presidente Rodrigo Pacheco foi condecorado pelo Presidente da República e Ministro da Saúde. (2021).

Medalha de Honra ao Mérito comemorativa dos 200 anos de criação do TJPE – Recebida durante audiência com o Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE. (2021).

Comenda Municipal da Ordem da Luz dos Pinhais de Curitiba – Recebida pela Prefeitura de Pinhais – PR. (2021).

Medalha do Mérito Mauá – Recebida pelo Ministério da Infraestrutura. (2021).

Condecoração recebida no almoço-debate promovido pelo Grupo LIDE. (2021).

Medalha Mérito Economia do Distrito Federal. Secretaria de Economia do Distrito Federal. Contribuições ao ambiente de negócios regional. (2021).

Homenagem Raymundo Faoro, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em favor da preservação do Estado Democrático de Direito em Sessão Plenária do Conselho Pleno da OAB. (2021).

Comenda Lyda Monteiro da Silva - Símbolo da Luta pela Democracia. Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Minas Gerais. (2021).

"Comenda Ordem do Rio Branco" – Condecoração recebida pelo Ministério das Relações Exteriores. (2022).

Medalha, histórico e diploma por ordem e mérito do Ministério da Justiça. (2022).

Medalhas, botton e diploma de Ordem do Mérito Militar do Exército Brasileiro. (2022).

Comenda do Mérito da Magistratura Brasileira - Recebeu da Associação dos Magistrados Brasileiros. (2022).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Comenda Vital do Rêgo – Recebida em agenda na OAB/CG. (2022).

Homenagem Raymundo Faoro, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em favor da preservação do Estado Democrático de Direito em Sessão Plenária do Conselho Pleno da OAB. (2022).

Comenda da Ordem Municipal do Mérito "Augusto César" no Grau Comendador – Recebida na Câmara Municipal de Uberlândia. (2022).

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Ministério das Relações Exteriores, concedida pelo Itamaraty em reconhecimento aos relevantes serviços e mérito diplomático nas relações institucionais do Congresso. (2022).

Ordem do Mérito do Ministério da Justiça, Grande Oficial, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Agraciado pelo governo federal pelos serviços prestados na área de segurança e cooperação legislativa. (2022).

Medalha Raymundo Faoro. Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Histórico profissional e representatividade na Advocacia. (2022).

Homenagem parabenizando pela palestra no seminário "Educação e Inclusão dos Jovens no Mundo do Trabalho". CIEE do Estado do Paraná. (2022).

Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral no Grau Grã-Cruz. (2022).

Moção de aplausos pela condução dos trabalhos a frente da Presidência do Brasil, ocupando o cargo de Presidente Interino. Câmara Municipal de Guaranésia/MG. (2022).

Moção de Aplausos, Câmara Municipal de Guaranésia/MG. (2023).

Moção de Aplausos, Câmara Municipal de Andradas/MG. (2023).

Moção de Congratulação e Aplausos, Câmara Municipal de Piumhi/MG. (2023).

Brasão da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. (2023).

Certificado de Agradecimento e Reconhecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas Gerais / SAMU. Varginha/MG. (2023).

Medalha da Cidade – Grau Ouro. Câmara Municipal de Coimbra, Portugal. (2023).

Diploma. Voto de Apoio à postura para garantir as prerrogativas do Congresso Nacional. Câmara Municipal de São Mateus/MG. (2023).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Certificado de Reconhecimento e Agradecimento. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU. (2023).

Moção de apoio à reeleição de Rodrigo Pacheco à Presidência do Senado Federal. Partido Socialista Brasileiro – PSB. (2023).

Comenda do Mérito da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura “José Ubirajara de Souza Coelho Timm”. (2023).

Honra ao Mérito. Gestão Acadêmica / DGA. XVII Seminário Gestão Esportiva FGV/FIFA/CIES – Aperfeiçoamento em Gestão de Esportes. (2023).

Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União, Admissão no Grau Grã-Cruz, Conselho Superior da Ordem do Mérito da AGU. (2023).

Ordem do Mérito Assis Brasil, Grã-Cruz, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Honraria máxima do tribunal eleitoral dada pela atuação na defesa do sistema eletrônico de votação e do Estado Democrático de Direito. (2023).

Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro, Grã-Cruz, Confederação Nacional do Transporte (CNT). Medalha de Juscelino Kubitschek recebida por sua atuação e liderança na aprovação de pautas do setor de transportes. (2023).

Título de Personalidade do Ano 2023. GCSM, WOKA, Fórum das Américas. Personalidade Pública WOCA. (2023).

Homenagem da Prefeitura Municipal de Passos/MG. Lei que nomeia “Av. Professora Marta Maria Soares”. (2023).

Prêmio Top of Minas 2023. Prêmio Hélio Fazolato. Jornal A Gazeta. (2023).

Título de Doutor Honoris Causa. Distinção pelo saber e pela atuação em prol da ciência, cultura, artes e do bem-estar humano. Universidade Federal de Lavras. Lavras/MG. (2023).

Moção de Aplausos. Câmara Municipal de Espírito Santo do Dourado/MG. (2023).

Moção de Aplausos. Câmara Municipal de Itaperuna/MG. (2023).

Certificado de Participação no XVI ENAT. Receita Federal do Brasil – RFB. (2023).

Medalha de Honra ao Mérito Educacional AMIES 2023. Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior – AMIES. (2023).

Diploma de Honra ao Mérito. Personalidade Pública da Década. GCSM, WOKA, Fórum das Américas. (2023).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Certificado de Agradecimento. Comando do 54º. Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, de Ituiutaba/MG. (2023).

Moção de Congratulação. Câmara de Vereadores da Estância Turística de Itu/SP. (2023).

Medalha “70 anos de Fundação da Associação Mineira dos Municípios – AMM 2022”. (2023).

Condecoração da Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil. (2023).

Condecoração da Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro - Medalha JK em Solenidade – Recebida na Confederação Nacional do Transporte. (2023).

Medalha da Ordem do Mérito do Trabalho. (2023).

Diploma de Honra ao Mérito “Léo Barros Almada”. 19º Encontro Convergência. (2023).

Medalha da Ordem do Mérito da CONAMP – Recebeu do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, Manoel Murrieta, durante a solenidade de posse da nova Diretoria da CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público) Biênio 2024/2026. (2024).

Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios – Recebeu do Presidente do Tribunal de Justiça do DF - TJDF, Desembargador Cruz Macedo. (2024).

Ordem do Mérito da República Italiana - Insígnia Cavaleiro de Gran Cruz – Recebeu do Presidente da Itália Sergio Mattarella. (2024).

Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, Grão-Colar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Maior distinção do tribunal outorgada a autoridades nacionais por seus méritos e cooperação com o Judiciário. (2024).

Prêmio Dom Quixote. Homenageado. Revista Justiça & Cidadania. Indicação tradicional no meio jurídico outorgada no STF em reconhecimento à defesa intransigente da ética, moralidade e dignidade da Justiça. (2024).

Indicado e agraciado com o prêmio voltado à defesa da ética e da Justiça pelo Supremo Tribunal Federal. (2024).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Homenagem feita pela UFMG pelo apoio expressivo a Instituição. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. (2024).

Reconhecimento Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Proposta de Emenda à Constituição. (2024).

Título de Cidadão Honorário de Itaguara/MG. (2024).

Homenagem pelos 35 anos da ANUP. Dedicção excepcional em defesa da educação Brasileira. Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP. (2024).

Homenagem em reconhecimento à dedicação e aos relevantes serviços em favor do Município de Aimorés/MG. Câmara Municipal de Aimorés/MG. (2024).

Homenagem em Reconhecimento ao apoio às Universidades e Institutos Federais e ao Cefet/MG. FORIPES. (2024).

Homenagem ao Senador Rodrigo Pacheco. Painel 100% SUS – Hospital Gimirim, Salvando Vidas. Hospital Gimirim - Poço Fundo/MG. (2024).

Diploma da Medalha do Mérito do Ministério Público. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. (2024).

Diploma da Medalha Distinção Policial Civil de Poços de Caldas. Delegacia-Geral de Polícia de Poços de Caldas/MG. (2024).

Certificado Parceiro do Bem. Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado/MG. (2024).

Título de *Doutor Honoris Causa*. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). (2024).

Diploma de Benfeitor. Hospital São José de Ituiutaba, Sociedade São Vicente de Paulo. Ituiutaba/MG. (2024).

Medalha do Mérito Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos. Grande Colar. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. (2024).

Medalha Dr. Davidson Pimenta da Rocha. Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais. (2024).

Homenagem da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. Senadora Teresa Leitão, Presidenta da CTI200CONFEQ. (2025).



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Diploma de Colaborador Emérito do Exército - Comando da 4ª Região Militar "Região das Minas do Ouro". Comando Militar do Leste. (2025).

Moção de aplausos. Câmara Municipal de Curvelo/MG. (2025).

Medalha do Mérito da Escola Nacional da Magistratura (ENM). Apoio ao ensino e fortalecimento jurídico do país. (2026).

IX – MISSÕES OFICIAIS NO BRASIL E NO EXTERIOR

Participação nas Reuniões das Comissões Permanentes e da LXII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, de 28/04/2019 a 30/04/2019.

Participação na Missão Oficial, integrando a Comitativa do Presidente da República em viagens aos seguintes países: Japão, China, Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita, de 20/10/2019 a 31/10/2019.

Participação nas reuniões do Parlamento do Mercosul, LXX Sessão Plenária, de 08/12/2019 a 11/12/2019.

Participação em missão oficial, em Roma, Itália, de 05/10/2021 a 11/10/2021.

Representação do Senado Federal na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, COP-26, de 05/11/2021 a 16/11/2021.

Convidado a receber o Diploma de Honra ao Mérito Público, por ocasião da 6ª Edição do Word Company Award, na Cidade de Montecarlo, Principado de Mônaco, de 20/04/2022 a 25/04/2022.

Participação como palestrante nos eventos "Brasil e Portugal: Perspectivas de Futuro" e "X Forum Jurídico de Lisboa: Governança da Ordem Jurídica em Transformação", em Lisboa, Portugal, de 23/06/2022 a 28/06/2022.

Participação na 27ª Conferência sobre Mudança Climática da ONU (COP27), em Sharm El-Sheikh, Egito, de 12/11/2022 a 19/11/2022.

Participação como integrante da delegação do Senhor Presidente da República em visita à China, de 11/04/2023 a 16/04/2023.

Participação no evento Lide Brazil Conference em Londres, Reino Unido, de 18/04/2023 a 23/04/2023.

Participação no evento World Company Award em Atenas, na Grécia, de 01/06/2023 a 05/06/2023.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Participação como integrante da delegação do Senado Federal em visita à Lisboa e Coimbra, em Portugal, de 28/06/2023 a 03/07/2023.

Participação na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, Estados Unidos da América de 16/09/2023 a 21/09/2023.

Participação no evento de inauguração da Casa da Cidadania da Língua, em Coimbra, Portugal, e no Fórum Internacional Esfera, em Paris, França, de 10/10/2023 a 16/10/2023.

Representação do Senado Federal na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 28, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, de 27/11/2023 a 05/12/2023.

Participação na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos da América, de 21/09/2024 a 25/09/2024.

Representação do Senado Federal em compromissos oficiais em Rabat, Marrocos, e em Roma, Itália, de 09/10/2024 a 15/10/2024.

Participação no Lide Brazil Conference em Londres, Inglaterra, de 28/10/2024 a 30/10/2024.

Participação como integrante na Comitativa do Senhor Presidente da República em Tóquio, Japão, de 24/03/2025 a 29/03/2025.

Brasília (DF), setembro de 2026.